



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 3 de junho de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Jhony dos Santos Silva, Raymara Carvalho Lima Cruz e Wanderson Manchinha Silva Carvalho. Verificado quórum regimental, o vereador Adriano Lima Brito procedeu à leitura dos versículos de 1 a 8 do capítulo 121 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 41ª Sessão Ordinária do 1º Período da 20ª Legislatura e autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura das atas das duas sessões anteriores, ocasião em que o vereador Whelberson Lima Brandão solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação os referidos documentos, que foram aprovados pela unanimidade dos edis participantes. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comunicou justificativa da ausência do primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, em virtude do falecimento de seu padrasto, Raimundo Nonato. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura de Convite, do vereador Whallassy de Oliveira Barros, que convidava a participar de Tribuna Popular alusiva ao Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, que aconteceria naquela data, na Câmara Municipal de Imperatriz. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular em que convidados se manifestariam sobre o Mês do Orgulho LGBTQIAPN+. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a presença do representante do coletivo Arco ITZ, Jean Pierre, superintendente da Coordenação da Atenção Básica, Anderson Nascimento Santana, presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Subseção de Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil, Ashera Moraes de Souza, vice-reitora da Uema-Sul, Lilian Castelo Branco, coordenadora do Ambulatório de Saúde Mental, Erika Ferreira Tourinho, artista e ativista cultural Nico Gomes, do produtor de eventos e idealizador da produtora Trópico, Francisco Cambraia, da defensora pública, Ana Heloísa Aquino Souza, da secretária municipal de Políticas Públicas para a Mulher, Liana Melo Lima, e da secretária adjunta de Políticas para a Mulher, Marita Graciela de Jesus Ventura. Ao se dirigir à



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Tribuna, o representante do coletivo Arco ITZ, Jean Pierre, apresentou-se como um dos coordenadores do coletivo LGBT Arco ITZ e pai de família homoafetiva. A seguir, ao lembrar que o estado é laico, pediu a seus orixás que iluminassem o dia e as mentes de todos os presentes, com vistas a uma discussão saudável e propositiva. Logo depois, declarou que a luta do coletivo Arco ITZ se assentava sobre um tripé: segurança, educação e saúde. No tocante à segurança, relatou a existência de inúmeros casos de violência contra pessoas LGBT em Imperatriz e municípios do entorno, destacando como um dos episódios mais emblemáticos um crime de homofobia e tortura envolvendo um policial militar, ocorrido em Açailândia, fato que, segundo ele, seria de conhecimento público. Acrescentou que o coletivo também vinha identificando casos de abordagem violenta contra membros da comunidade LGBT nas ruas de Imperatriz, citando, como exemplo, um companheiro da Uemasul [Universidade Estadual da Região Tocantina do Sul do Maranhão] que teria sido vítima desse tipo de violência. Em relação à saúde, informou que, em parceria com a gestão anterior da Secretaria Municipal de Saúde - Semus, fora desenvolvido projeto voltado à equidade de gênero e à humanização do atendimento hospitalar. Explicou que o objetivo da iniciativa era garantir acolhimento digno e tratamento humanizado aos membros da comunidade LGBT que recorressem ao sistema municipal de saúde, iniciativa que teria nascido a partir de caso emblemático debatido em plenária realizada em uma universidade local. Conforme destacou, o projeto alcançara cerca de 2.600 profissionais da saúde, promovendo a conscientização de que pessoas LGBT são, antes de tudo, seres humanos com direitos, sentimentos e capacidades como qualquer outro cidadão. Ao abordar os desafios enfrentados por sua comunidade, o representante do coletivo Arco ITZ, Jean Pierre, agradeceu ao vereador Whalassy de Oliveira Barros, frisando que sua eleição representava marco na luta por representatividade no Legislativo municipal, após o que enfatizou que aquele momento era histórico, pois, pela primeira vez, representantes da comunidade LGBT ocupavam espaço na Casa do Povo para falar em nome da própria comunidade, em alusão ao Dia do Orgulho LGBT. Questionou, então, por que pessoas LGBTs celebravam o Dia do Orgulho LGBT, comparando-o a outras datas comemorativas que destacavam lutas por reconhecimento, como o Dia da Mulher e o Dia da Consciência Negra. Ressaltou que os sujeitos LGBTs faziam parte da sociedade e não apenas buscavam respeito, mas exigiam dignidade por parte do poder público, das instituições de ensino e da segurança pública. Por fim, o representante do coletivo Arco ITZ, Jean Pierre, salientou que havia pessoas LGBTs atuando em todas as esferas do trabalho público e privado, com competência e capacidade intelectual para exercer quaisquer funções. Reafirmou que chegara o momento de a sociedade, inclusive a de Imperatriz, reconhecer que a comunidade LGBT estava organizada enquanto representação civil e atuava em parceria com a Defensoria Pública, com a Coordenação de Igualdade Racial e com demais aliados, a fim de reivindicar direitos e afirmar sua presença na sociedade. Ao fazer uso da Tribuna, o artista e ativista cultural, Nico Gomes, declarou que, convidado a compartilhar uma



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

mensagem alusiva àquele dia histórico, após refletir sobre o conteúdo de sua fala, optara por trazer uma experiência pessoal, por entender que representava a realidade de muitos indivíduos da comunidade LGBTQ+. Apresentando-se como Nico Gomes, afirmou que nem sempre tivera esse nome e explicou que a identidade de “Nico” surgira como mecanismo de defesa que desenvolvera ao longo da vida. Contou que, na infância, buscava corresponder às expectativas dos outros, esforçando-se para ser “um bom menino”, ainda que se sentisse constantemente diferente. Assinalou que essa diferença se manifestava por meio do gosto por arte, música, canto, cores, afeto e brincadeiras, atitudes que, segundo ele, geravam reações agressivas e injustificadas por parte de outras pessoas, mesmo quando apenas exercia seu direito de ser criança. Em tom emocionado, relatou episódios de agressões físicas e verbais sofridas na escola e em espaços públicos. Contou, como exemplo, caso em que fora perseguido por um grupo de rapazes dentro de um ônibus e agredido enquanto outros passageiros, embora adultos, haviam se mantido inertes diante da violência. Segundo narrou, ao buscar apoio da família, não recebeu proteção, mas questionamentos que o responsabilizavam pelas agressões sofridas, sob a alegação de que dava motivos por ser, nas palavras usadas à época, “veado”. Ressaltou que, diante da ausência de acolhimento, passou a dividir sua identidade entre dois nomes: em casa era Naum, e nas ruas, Nico, persona que criou para se sentir confiante, protegido e livre para sonhar, mesmo que parcialmente. Explicou que sua escolha visava a limitar os espaços de medo, optando por vivenciá-lo apenas em casa. Defendeu que nenhuma criança deveria precisar “assumir” algo que já lhe é próprio, como o direito de simplesmente ser criança. A esse respeito, o artista e ativista cultural Nico Gomes enfatizou que o dever de assumir deveria recair sobre a sociedade, que precisava reconhecer e desconstruir seus preconceitos. Argumentou que, se muitas crianças e adolescentes tivessem tido acesso à proteção e ao respeito desde cedo, poderiam estar vivos e com chances de realizar seus sonhos. Assinalou que o combate ao preconceito deveria partir das políticas públicas, por meio da substituição de posturas discriminatórias por ações afirmativas e inclusivas, que promovessem ambientes acolhedores e seguros, especialmente para as crianças. Logo depois, o artista e ativista cultural Nico Gomes sublinhou, ainda, que o preconceito era construído socialmente, sendo transmitido de forma silenciosa, mas com efeitos contundentes, e que a informação era a principal ferramenta para romper esse ciclo. Defendeu, por fim, que a sociedade precisava repensar toda a sua estrutura, pois não bastava apenas não reproduzir comportamentos discriminatórios – era preciso reestruturar as bases sociais para garantir a vida e a dignidade das pessoas. Por fim, o artista e ativista cultural Nico Gomes ressaltou que aquele debate representava apenas o início de uma transformação necessária. Na sequência, fez uso da Tribuna o produtor de eventos e idealizador da produtora Trópico, Francisco Cambraia, que iniciou sua manifestação agradecendo, de forma enfática, o convite para participar da Sessão, que considerou marco relevante na construção da história do Município de Imperatriz. Apresentou-se como idealizador de ações



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

voltadas à valorização da comunidade LGBTQIAPN+, atuando especialmente no campo cultural e na promoção de eventos. Nesta oportunidade, argumentou que a pauta da diversidade e do respeito era, mais do que nunca, essencial, especialmente diante de uma realidade ainda marcada por preconceitos, angústias e carência de espaços verdadeiramente seguros. Reconheceu que, inclusive no âmbito da Câmara, ainda poderiam existir pessoas que enfrentavam dificuldades de convivência com a temática, muitas vezes em razão do desconhecimento, da falta de proximidade ou por traços herdados de uma cultura excludente. A esse respeito, o produtor de eventos e idealizador da produtora Trópico, Francisco Cambraia, explicou que a missão de sua militância não se limitava à ocupação de espaços institucionais, mas envolvia, sobretudo, a transformação de mentalidades, ressaltando o caráter educativo da luta por direitos e reconhecimento. Destacou que o respeito à diversidade engrandecia toda a sociedade e que, infelizmente, Imperatriz, em diversas ocasiões, havia tentado inviabilizar suas minorias. Defendeu, portanto, o papel da arte, da cultura e do afeto como instrumentos de resistência, inclusive diante da ausência de acolhimento no próprio lar. Assinalou que o cerne do trabalho desenvolvido por sua produtora era o acolhimento, com vistas a garantir que todas as pessoas se sentissem seguras para viverem sua identidade plenamente. Enfatizou a necessidade de preparar uma sociedade capaz de compreender que as pessoas não "escolhem" ser quem são, mas que suas escolhas, de fato, se manifestam nas decisões políticas e nos representantes eleitos. Ao relembrar sua trajetória, relatou que, ao longo da vida, foram poucas as pessoas que haviam acreditado em seu potencial. Afirmou que, graças a essas poucas figuras de apoio, conseguiu alcançar o espaço que então ocupava. Nesse sentido, mencionou nominalmente os vereadores Whalassy de Oliveira Barros e Rodrigo Silva de Medeiros Passos, presentes na sessão, reconhecendo neles exemplos de apoio e respeito. Por fim, o produtor de eventos e idealizador da produtora Trópico, Francisco Cambraia, considerou inadmissível que, mesmo em ambientes amplos e com significativa representatividade, tantas pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ ainda pudessem nomear apenas um número muito restrito de apoiadores, o que demonstraria a urgência de uma transformação mais profunda na sociedade. A seguir, ao se dirigir à Tribuna, a presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Subseção de Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil, Ashera Moraes de Souza, declarou sentir honra e orgulho em ser a primeira mulher transexual a exercer a advocacia na Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Maranhão, especificamente em Imperatriz. Nesta ocasião, recordou palavras do apóstolo Paulo, mencionando o capítulo 4, versículo 9, para enfatizar que, embora perseguidos por serem diferentes, não se sentiam desamparados, pois contavam, primeiramente, com a proteção divina e, em segundo lugar, com o respaldo do Império das Leis na defesa de seus direitos. Logo depois, a presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Subseção da OAB, Ashera Moraes de Souza, trouxe à tona algumas conquistas jurídicas alcançadas pela coletividade LGBTQIAPN+, destacando que, após intensa luta, em 2011, o Supremo



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Tribunal Federal reconheceria a união estável para casais homoafetivos. Relatou que, na sequência, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça convertera tal união em casamento civil, garantindo, assim, direitos fundamentais até então negados a essas uniões. A esse respeito, argumentou que, embora muitos questionassem a necessidade do casamento civil para casais homoafetivos, tal garantia resguardava direitos civis essenciais que, antes de 2013, simplesmente não existiam para essas famílias. Prosseguiu informando que, em 2018, houve a conquista do direito de utilizar o nome social e, ainda melhor, o direito à retificação do registro civil. A seguir, também assinalou que, em 2019, o Supremo Tribunal Federal se manifestara novamente, equiparando os crimes de homofobia e transfobia ao crime de racismo, com vistas a pôr fim à impunidade e assegurar que a violência praticada contra a comunidade LGBTQIAPN+ não fosse mais ignorada. Sublinhou que, apesar de críticas, a Suprema Corte brasileira se mantivera como um verdadeiro bastião na vanguarda da defesa dos direitos dessa população. Na oportunidade, a presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Subseção da OAB, Ashera Moraes de Souza, clamou aos vereadores presentes que, na condição de parlamentares municipais, olhassem pela coletividade que representava, frisando que não se tratava de um povo qualquer, mas de seres humanos merecedores do respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Por fim, exclamou votos de celebração ao mês do orgulho gay, à liberdade de expressão, às políticas públicas e ao trabalho desempenhado por todos os parlamentares, encerrando sua participação com agradecimentos. Ao se manifestar, a defensora pública, Ana Heloísa Aquino Souza, declarou que sua fala teria como ponto de partida um consectário do direito à dignidade da pessoa humana, fundamento da República, qual seja, o direito à felicidade. Nessa perspectiva, declarou que todas as pessoas mereciam ser felizes, e, para tanto, era necessário que se respeitasse suas identidades, suas escolhas de vida e suas formas de expressão. Destacou, nesse sentido, que cabia ao Poder Público garantir os direitos de todos os cidadãos, especialmente em momento em que se observava, em nível global, um movimento contrário aos direitos da população LGBTQIAPN+, das mulheres e da população negra. Advertiu que, diante desse cenário, seria essencial manter-se atento e vigilante, para preservar os direitos conquistados e avançar ainda mais, evitando retrocessos. Enfatizou que nenhuma vida e nenhum direito poderiam ser perdidos. Ao ensejo, saudou a população LGBTQIAPN+, bem como os militantes e os movimentos sociais que, havia anos, sustentavam essa luta, reafirmando a importância de se discutir e garantir o respeito à identidade de gênero e ao nome social, inclusive nos órgãos públicos e instituições escolares. Sublinhou que o combate à LGBTQIfobia deveria ocorrer desde cedo, inclusive no ambiente escolar, como forma de evitar que, no futuro, casos de violência e exclusão voltassem a se repetir. Ressaltou que proteger a criança significava respeitar sua liberdade de ser e de se expressar, e não a oprimir ou a submeter a padrões que a desconsiderassem. Prosseguindo, a defensora pública, Ana Heloísa Aquino Souza, defendeu que os serviços públicos, como os ofertados no CRAS, CREAS,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

unidades de saúde e, inclusive, na própria Defensoria Pública, deveriam garantir atendimento adequado à população trans, respeitando nome social e identidade de gênero. Logo depois, advertiu sobre a tramitação de novo projeto de Código Civil, alertando para o risco de reversão do entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Ressaltou que esse direito deveria ser reconhecido por lei, e não apenas por força de decisões judiciais, que poderiam ser revogadas. Ainda nessa linha, afirmou ser essencial que a Defensoria Pública se mantivesse atenta às demandas da comunidade LGBTQIAPN+ e disposta a manter o diálogo aberto, pois, segundo destacou, a Defensoria não teria sentido se não estivesse junto do povo. Na oportunidade, informou que, havia quatro anos, a Defensoria, em parceria com o coletivo ARCO-I e outras entidades, vinha promovendo a Feira do Empreendedorismo LGBTQIAPN+ em Imperatriz, evento que, naquele ano, ocorreria em 4 de julho. Relatou que essa iniciativa buscava combater uma das principais formas de violência sofrida por essa população, que era a exclusão do mercado de trabalho por preconceito. Assinalou que a promoção da independência financeira podia permitir o acesso a outros direitos, inclusive o rompimento de vínculos abusivos no ambiente familiar, e que esse era justamente o propósito da feira, que também incluía a valorização de artistas locais pertencentes à comunidade. Por fim, a defensora pública, Ana Heloísa Aquino Souza, convidou a todos a participarem não apenas da feira, mas também do mutirão de retificação de nome e gênero, que seria realizado no dia 3 de julho, também em Imperatriz. Na sequência, fez uso da Tribuna a coordenadora do Ambulatório de Saúde Mental de Imperatriz, Érica Ferreira Tourinho, que destacou a importância de, enquanto profissional de saúde, testemunhar os avanços ocorridos na área da saúde em Imperatriz. Prosseguindo, declarou sentir-se honrada, também, como mãe que militava em favor da diversidade, revelando o orgulho de ter uma filha LGBT, a qual, aos 24 anos, encontrava-se cursando doutorado na Universidade de São Paulo, sendo natural de Imperatriz. A seguir, explicou que o cuidado com a saúde da população LGBTQIAPN+ configurava prerrogativa do Sistema Único de Saúde - SUS desde 2011, mas que, em 2023, esse direito teria avançado de forma significativa, com a ampliação do atendimento para a atenção primária em saúde, oferecendo porta aberta para o acolhimento da comunidade LGBTQIAPN+. Comentou que, atualmente, havia esforços para capacitar os profissionais da atenção primária, a fim de garantir o atendimento adequado a mulheres trans, bem como para viabilizar o pré-natal de homens trans. Argumentou que refletir sobre transexualidade implicava, necessariamente, compreender a identidade de gênero, frisando que, enquanto persistisse a confusão entre identidade de gênero e orientação sexual, o preconceito ainda se manteria presente na sociedade. Acrescentou que, somente a partir da compreensão, seria possível prestar atendimento de saúde de forma adequada a toda a comunidade, abrangendo não apenas a população LGBTQIAPN+, mas também povos indígenas, pessoas negras e outros grupos diversos, defendendo a necessidade de enxergar o outro como a si mesmo. Nesta ocasião, a coordenadora do



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Ambulatório de Saúde Mental de Imperatriz, Érica Ferreira Tourinho, fez questão de mencionar o padre Elisvaldo [Cardoso Silva], presente na Sessão, ressaltando o quanto aprendera com este sobre respeito ao próximo, pelo que lhe agradecia publicamente, após o que o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, o convidou a compor a mesa. Em seguida, enfatizou que era fundamental demonstrar que o Deus seguido por muitos não era preconceituoso, punitivo ou ardiloso, mas, sim, amoroso. Declarou, ainda, que não se considerava amiga apenas de seguidores de determinada religião, mas sim amiga de pessoas, independente de suas crenças ou orientações. Por fim, a coordenadora do Ambulatório de Saúde Mental de Imperatriz, Érica Ferreira Tourinho, ressaltou que era necessário amar o outro como a si mesmo, recordando tratar-se de princípio bíblico, o qual deveria ser observado por todos. Ao fazer uso da Tribuna, o superintendente de coordenação da atenção básica, Anderson Nascimento Santana, saudou os vereadores presentes em nome do secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, e iniciou sua fala propondo uma reflexão acerca da lentidão observada na implementação de determinadas políticas públicas. Argumentou que, ao se analisar a política de atenção integral à população LGBTQIA+, verificava-se que se tratava de uma diretriz antiga, cuja portaria datava de 2011, de modo que, em 2025, já deveria estar plenamente implantada em todos os serviços de saúde. No entanto, ressaltou que tal realidade ainda não se confirmava, havendo, ainda, pacientes que enfrentavam discriminação ao buscar atendimento, bem como profissionais despreparados para acolher adequadamente mulheres trans e homens trans. A esse respeito, ponderou que cabia aos profissionais de saúde abster-se de juízos de valor ou de necessidade de compreensão e aceitação pessoal, devendo, sobretudo, zelar pelo respeito. Sublinhou que o trabalho na área da saúde, em qualquer nível, fosse na atenção primária ou na especializada, deveria observar as normas vigentes, respeitando as resoluções e portarias que regulamentavam o atendimento integral a essa população no âmbito do Sistema Único de Saúde. Acrescentou que, em Imperatriz, já se desenvolviam ações voltadas à capacitação de todos os profissionais da rede de atenção primária, visando garantir atendimento integral, respeitoso e adequado, considerando as particularidades, características e necessidades específicas de cada paciente. Relatou, ainda, que, como encaminhamento concreto daquela plenária, já se deixava estabelecida a realização de capacitação específica, a ser ministrada pela coordenadora do Ambulatório de Saúde Mental de Imperatriz, Érica Ferreira Tourinho, para orientar os profissionais da atenção básica quanto ao atendimento correto a mulheres trans, homens trans e demais grupos contemplados pela sigla LGBTQIA+. Em seguida, o superintendente de coordenação da atenção básica, Anderson Nascimento Santana, comentou que, apesar de algumas críticas quanto à constante ampliação da sigla, cada nova letra representava o reconhecimento de mais uma característica e mais uma particularidade dentro da diversidade da população, reforçando, assim, o compromisso da atenção básica em qualificar seus profissionais para oferecer atendimento de qualidade a esse público específico. Por fim, destacou que o preconceito era fruto da



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

ignorância e da desinformação, enfatizando que a capacitação se constituía como ferramenta eficaz para combater o preconceito por meio do conhecimento. Ao se pronunciar, o padre Elisvaldo Cardoso Silva, representando o colegiado Vozes da Cidadania, ressaltou sua satisfação em ver expressiva participação de público na Tribuna Popular, o que considerou de grande relevância. A seguir, comentou que falava a partir de duas perspectivas: como padre e como psicólogo. Enquanto representante da fé cristã, embora não falando em nome oficial da Igreja, mas reconhecendo-se parte dela, pediu perdão, em nome da instituição, pelos inúmeros erros e falhas cometidos ao longo de mais de dois mil anos de história. Reforçou, ainda, as palavras da coordenadora do Ambulatório de Saúde Mental de Imperatriz, Érica Ferreira Tourinho, ao afirmar que o Deus em quem acreditava era um Deus de misericórdia e amor, que desejava vida plena para todos, conforme expresso no Evangelho. Sublinhou que, em nome dessa fé, os cristãos não poderiam aceitar, consentir ou se omitir diante de situações em que pessoas LGBTQIA+ fossem vítimas de preconceito, violência ou discriminação, inclusive dentro da própria Igreja, seja ela católica ou de outras denominações, realidade que reconheceu existir. Relatou, a seguir, que, na quarta-feira anterior, todos os padres da Diocese haviam passado o dia reunidos, estudando as novas diretrizes para a administração dos sacramentos (batismo, crisma e demais ritos) e destacou que um dos temas mais debatidos fora justamente a questão da população LGBTQIA+, frisando que o Papa Francisco promovera avanços significativos nesse campo, os quais não poderiam sofrer retrocessos. Observou ter acompanhado, pelas redes sociais, a realização de casamento comunitário promovido recentemente pelo Tribunal de Justiça em São Luís, ato que considerou de grande importância. Comentou, também, a fala da defensora pública, Ana Heloísa Aquino Souza, acerca da ratificação de registro e da feira organizada pela Defensoria Pública em parceria com outras entidades, reforçando o valor dessas iniciativas, ainda que representassem, em suas palavras, "remar contra a maré". Argumentou ser inadmissível, em pleno século XXI, que parcelas da sociedade ainda fossem silenciadas. Na condição de psicólogo clínico, com experiência de mais de dois anos no Caps e quase dez anos em consultório particular, afirmou haver atendido inúmeras pessoas que enfrentavam dificuldades de aceitação, seja por parte da família, seja de forma interna, o que, por vezes, resultava em expulsão do lar. Enfatizou, por isso, acreditar na relevância de eventos como aquele, reiterando que não poderiam ficar restritos àquele momento, sendo necessário dar continuidade ao diálogo, ao debate e à conscientização. Nesta ocasião, mencionou que o grupo Arco-Íris integrava o colegiado Voz da Cidadania, que tinha como proposta intensificar a presença nas ruas, bairros e comunidades, promovendo conversas sobre direitos e realizando ações de conscientização também nas escolas, considerando essencial iniciar esse processo com crianças e adolescentes, a partir dos dez, doze ou treze anos, para fomentar o respeito e a convivência harmoniosa. Por fim, o padre Elisvaldo Cardoso Silva, parabenizou a Câmara Municipal pela realização da Tribuna e saudou todos os que lutavam e acreditavam em um mundo mais justo, onde



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

todos fossem respeitados em seus direitos. Na sequência, manifestou-se na Tribuna Popular o vereador Whalassy de Oliveira Barros, que, visivelmente emocionado, saudou o presidente, os demais vereadores e o público presente, justificando sua emoção pelo significado daquele momento para a comunidade representada. Declarou sua alegria em ver o plenário tomado por cores que simbolizavam a diversidade e manifestou satisfação por receber todos os presentes na Casa Legislativa, parabenizando os convidados pelas falas anteriormente proferidas. Ressaltou a necessidade de avanços concretos no combate ao preconceito, revelando ter se sentido particularmente tocado pelo depoimento do artista e ativista cultural Nico Gomes, pois relatara experiência de vida semelhante à sua, marcada por hostilizações e agressões, situação que, conforme avaliou, muitas pessoas não compreendiam justamente por não sentirem a dor enfrentada pela comunidade LGBTQIA+. Em seguida, relatou que, ao solicitar a realização da Tribuna Popular, fora prontamente acolhido pelo presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, a quem creditou incentivo e apoio à iniciativa. Agradeceu, ainda, o respeito e o acolhimento recebidos de todos os vereadores, indistintamente de suas orientações políticas, fossem de direita, de esquerda, lulistas ou bolsonaristas, frisando que sempre fora tratado com consideração, inclusive no que dizia respeito às pautas que defendia na Câmara. Ponderou, ademais, que, apesar de muitos tentarem reduzir sua atuação parlamentar apenas às demandas da comunidade LGBTQIA+, reiterava ser vereador de toda a cidade, eleito de forma legítima, com compromisso de trabalhar por áreas diversas, como saúde, infraestrutura, educação e cultura, defendendo todas as causas que correspondiam à confiança nele depositada pela população. Por fim, o parlamentar Whalassy de Oliveira Barros assinalou que todos os vereadores daquela Casa contavam com votos oriundos da comunidade LGBTQIA+, não apenas ele, e, nesse sentido, fez um apelo para que todos permanecessem engajados não só no respeito e acolhimento pessoal, mas também na defesa das pautas que atendiam aos anseios da comunidade, ouvindo suas vozes e alimentando a esperança por dias melhores. Ao fazer uso palavra, hipotecaram apoio à causa LGBTQIAPN+, expressaram admiração pela determinação, a seriedade e a responsabilidade com que o colega Whalassy de Oliveira Barros exercia o mandato, desenvolvia suas atividades profissionais e desempenhava sua cidadania os vereadores Rosângela Aparecida Barros Curado, Aurélio Gomes da Silva, Amauri Alberto Pereira de Sousa, João Ferreira da Gama Júnior, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Alcemir da Conceição Costa e Adriano Lima Brito. Nessa ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, externou parabéns ao vereador Whalassy de Oliveira Barros pela iniciativa da proposição da Tribuna Popular, assim como agradeceu a todos os convidados que haviam participado da Sessão. A seguir, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, relatou que, ao participar, na semana anterior, de evento promovido pela Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão - Unisulma, em que se destacou a presença, ainda que virtual, da doutora Maria Berenice Dias, jurista de renome na área do Direito de Família, responsável por cunhar a expressão "homoafetividade". Assinalou que



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

a referida jurista também integrara o grupo que elaborara o Código Civil de 2002, legislação que, conforme frisou, representara um marco importante na história do país, ao abrir espaço para a escuta e o acolhimento dos movimentos sociais. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, ressaltou, nessa perspectiva, que tal abertura possibilitaria avanços significativos nas decisões judiciais, salientando, a propósito, o papel determinante do Supremo Tribunal Federal, cujas decisões, segundo avaliou, vinham garantindo maior dignidade à população. Por fim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, enfatizou que os movimentos sociais deveriam permanecer ativos e fortalecidos, reiterando que suas vozes continuavam a ser ouvidas, ao passo que a sociedade, progressivamente, compreendia e acolhia as demandas vindas das ruas. Ao se dirigir à Tribuna, a secretária adjunta de Políticas para a Mulher, Marita Graciela de Jesus Ventura, expressou gratidão ao vereador Whalassy de Oliveira Barros pela iniciativa da proposição da Tribuna Popular, frisando que, embora estivesse presente na condição de secretária, colocava-se, sobretudo, como cidadã e mãe. Relatou ser mãe de uma jovem trans de dezoito anos, enfatizando que acompanhava, junto com a filha, o processo de transição, assumindo, assim, a experiência de se tornar mãe de uma menina. Aproveitou a ocasião para ressaltar que, no mês do orgulho LGBTQIA+, era essencial lembrar que, por trás de cada sigla, existiam vidas, sonhos e trajetórias de coragem, como a de sua própria filha, que enfrentava e continuaria enfrentando inúmeros desafios ao longo da vida. Destacou, nesse sentido, que sua fala representava um apelo por respeito, empatia e compromisso com os direitos humanos, frisando que ser LGBTQIA+, PN+ ou qualquer outra identidade não constituía escolha individual, mas que, por outro lado, cabia à sociedade decidir se queria ser justa, igualitária e inclusiva ou continuar sendo excludente e violenta. Reiterou que Imperatriz precisava se tornar um espaço onde todas as pessoas pudessem viver com dignidade, segurança, oportunidade de trabalho e liberdade para amar, salientando que o orgulho LGBTQIA+, PN+ simbolizava resistência e o direito de existir plenamente. Por fim, a secretária adjunta de Políticas para a Mulher, Marita Graciela de Jesus Ventura, concluiu sua manifestação solicitando o apoio dos vereadores para o avanço de políticas públicas inclusivas, para o fortalecimento de uma educação pautada no respeito e para a promoção de uma cultura de paz, argumentando que nenhuma mãe desejava temer pelo futuro de seu filho ou filha pelo simples fato de serem quem realmente eram. Colocou-se, ainda, à disposição para contribuir no que fosse necessário. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, convidou os vereadores e convidados à frente do Plenário para a tomada da foto oficial do evento. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida: Ofício nº 0054/2025, de 27 de maio, da presidente da Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer da Região Tocantina, Carla Patrícia Ramos Nunes, que solicitava patrocínio ao funcionamento dessa instituição. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação de: Projeto de Lei Ordinária nº 56/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que "Reconhece como de utilidade pública a Associação Dragões de Artes Marciais Mistas para Defesa Pessoal - Dragões MMA. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento da mencionada matéria à referida Comissão Permanente. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de dez Indicações: 180/2025, de autoria do vereador Mesaac Cirqueira Santiago, ao Prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da pavimentação asfáltica ou bloqueamento, com drenagem profunda, meios-fios e sarjetas, das Ruas Eudes Pires, Guariatã, do Passeio, Projetada B e São José, no Bairro Santa Rita; 444/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, ao Prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da recuperação asfáltica, com drenagem adequada, sarjetas e guias, no seguinte trecho do bairro Santa Rita: Rua Sergipe, entre as ruas Padre Cícero e a Av. Industrial; 477/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da firmação de parceria para o bloqueamento ou pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua Quatorze, no perímetro entre as Ruas C-11 e C-14, na Vila Ipiranga; 515/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, Vagtônio dos Santos Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da firmação de parceria para a execução do bloqueamento, com drenagem profunda, esgotamento sanitário e sarjetas, na Rua Procyon, no Jardim Cinco Estrelas; 518/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da aquisição de Unidades Móveis com disponibilização para atendimento à Saúde da Mulher, com abrangência na zona urbana e rural, especialmente para aquelas que vivem em áreas de difícil acesso e em situação de vulnerabilidade social; 527/2025, de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da execução de serviços de drenagem, limpeza e pavimentação da Av. Tiradentes, no trecho que compreende os Bairros Santo Amaro e Ouro Verde; 528/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

deputado federal Josivaldo dos Santos Melo e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral da firmação de parceria para o bloqueamento da Rua Conselheiro Francisco Coelho, entre as Ruas Santa Rita e Bom Jardim, no Bairro Santa Rita; 538/2025, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao prefeito de Imperatriz, Rildo de Oliveira Amaral, e ao superintendente municipal de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, da construção de três quebra-molas (lombadas) nas seguintes localidades: em frente ao Bar do Zé da Van, em frente ao Bar do Flamengo e em frente ao Depósito de bebidas Alves, localizados na Av. Castelo Branco, Vila Vitória e Conjunto Vitória; 539/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Gomjes Sipião, da ampliação da carga-horária dos professores da rede pública municipal de ensino, atualmente vinculados ao regime de vinte horas semanais, para o regime de vinte e seis horas semanais; 550/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da formalização, por meio de projeto de lei, da criação da rede de proteção da pessoa idosa no Município de Imperatriz, conforme anteprojeto de lei anexo. Instantes depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do edil Mesaac Cirqueira Santiago, que reclamou das precárias condições em que se encontravam as Ruas Eudes Pires, Guriatã, do Passeio, Projetada B e São José, no Bairro Santa Rita, situação que vinha gerando transtornos e prejuízos aos moradores desse bairro, a propósito do que lamentou que, após cinco meses de gestão, o prefeito Rildo de Oliveira Amaral nada ainda houvesse feito pela melhoria da infraestrutura desse bairro, onde se fazia urgente a necessidade da execução de obras de pavimentação asfáltica ou bloqueamento, com drenagem profunda, meios-fios e sarjetas dessas vias públicas. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Amauri Alberto Pereira de Sousa, Jorgiana Pinheiro Sousa, Francisco Messias da Silva, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Alcemir da Conceição Costa, Adriano Lima Brito, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Renata Sousa Nascimento e Elias Ferreira de Holanda Júnior. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 180/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, que destacou a necessidade da recuperação asfáltica, com drenagem adequada, sarjetas e guias, no trecho da Rua Sergipe compreendido entre as Ruas Padre Cícero e a Av. Industrial, no Bairro Santa Rita: Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Adhemar Alves de Freitas Júnior, Mesaac Cirqueira Santiago, Alcemir da Conceição Costa, João Ferreira da Gama Júnior, Renata Sousa Nascimento e Francisco Messias da Silva. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 444/2025, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. Neste ínterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comunicou que, em virtude da ausência do vereador Jhony dos Santos Silva, ficava suspensa a apreciação da Indicação de sua autoria [Nº 477/2025, do



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

bloqueteamento ou pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua Quatorze, no perímetro entre as Ruas C-11 e C-14, na Vila Ipiranga]. Imediatamente, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que frisou a urgência da necessidade do bloqueteamento, com drenagem profunda, esgotamento sanitário e sarjetas, da Rua Procyon, no Jardim Cinco Estrelas, onde a comunidade clamava por melhores condições e infraestrutura. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Adhemar Alves de Freitas Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, João Ferreira da Gama Júnior, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Francisco Messias da Silva e Adriano Lima Brito. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 515/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Neste íterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a presença, na Galeria, do empresário, ex-deputado e ex-prefeito de João Lisboa, Raimundo Nonato Cabeludo Vieira, que foi cumprimentado pelos demais edis. Logo depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que assinalou a necessidade de melhor atenção à saúde da mulher, a propósito do que lamentou que parcela das mulheres imperatrizenses se encontrassem excluídas da necessária assistência médica, de modo que propunha a aquisição de Unidades Móveis com disponibilização para atendimento à Saúde da Mulher, com abrangência na zona urbana e rural, especialmente para aquelas que vivem em áreas de difícil acesso e em situação de vulnerabilidade social. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Elias Ferreira de Holanda Júnior, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Mesaac Cirqueira Santiago e Francisco Messias da Silva; Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 518/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, que ressaltou a importância da Av. Tiradentes para o acesso sobretudo a empresas e escolas nos Bairros Santo Amaro e Ouro Verde, onde havia mais de dez anos nenhum benefício público fora levado no local, razão pela qual propunha a execução de serviços de drenagem, limpeza e pavimentação dessa via pública no trecho que compreendia os Bairros Santo Amaro e Ouro Verde. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Mesaac Cirqueira Santiago, Francisco Messias da Silva, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa e Elias Ferreira de Holanda Júnior. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 527/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Neste íterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comunicou que, em virtude da ausência do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ficava suspensa a apreciação da Indicação de sua autoria [Nº 528/2025, do bloqueteamento da Rua Conselheiro Francisco Coelho, entre as Ruas Santa Rita e Bom Jardim, no Bairro Santa Rita]. Ato contínuo,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, que comentou que era intenso o fluxo do trânsito e advertiu para o risco de acidentes no trânsito nos locais apontados na proposição de sua autoria (em frente ao Bar do Zé da Van, em frente ao Bar do Flamengo e em frente ao Depósito de bebidas Alves, localizados na Av. Castelo Branco, Vila Vitória e Conjunto Vitória), onde se fazia necessária a construção de três quebra-molas (lombadas). Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Alcemir da Conceição Costa, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Jorgiana Pinheiro Sousa, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Francisco Messias da Silva, Adriano Lima Brito e Rosângela Aparecida Barros Curado. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 538/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, que, ao se dirigir à Tribuna, argumentou em defesa da ampliação da carga-horária dos professores da rede pública municipal de ensino, atualmente vinculados ao regime de vinte horas semanais, para o regime de vinte e seis horas semanais, com vistas à equiparação da carga horária, à racionalização da jornada e à definição do piso salarial dessa categoria. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Jorgiana Pinheiro Sousa, Renata Sousa Nascimento, Adriano Lima Brito, Mesaac Cirqueira Santiago e Alcemir da Conceição Costa. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 539/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Imediatamente, expôs a discussão a Indicação de sua autoria, momento em que contou que recebera a visita de representantes da Rede de Proteção à Pessoa Idosa, que se encontrava em atividade no Município, mas ainda de modo informal, os quais haviam solicitado sua oficialização, com vistas à desburocratização e dinamização de seu funcionamento. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Mesaac Cirqueira Santiago, Alcemir da Conceição Costa, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa e Renata Sousa Nascimento. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 550/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando se inscreveu o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior. No Grande Expediente, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior, na qualidade de médico e representante da população, relatou a preocupação com o aumento de casos de síndromes respiratórias agudas, problema que, conforme ponderou, se agravava não apenas em Imperatriz, mas também em todo o Maranhão e no restante do país. Assinalou que o secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, vinha demonstrando grande empenho na realização das campanhas de vacinação, lembrando que, inclusive, alguns vereadores já haviam sido imunizados nas dependências da própria Câmara. Advertiu para as possíveis

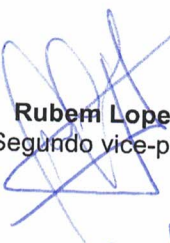


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

complicações decorrentes das viroses e gripes que circulavam na região, frisando que, em São Luís, já fora implantada uma casa de apoio destinada a atender a essa demanda e prevenir maiores agravamentos. Comentou que, em suas visitas aos hospitais, constataria situações de superlotação nos setores de urgência, reforçando, assim, o apelo à população para que buscasse a imunização como forma de proteção individual e coletiva. Apresentou dados da Vigilância em Saúde, segundo os quais, em Imperatriz, apenas 30 mil doses de vacinas haviam sido aplicadas, o que equivaleria a cerca de 23% da população, número considerado insuficiente diante do risco de disseminação da doença. Destacou, ainda, que até aquele momento haviam sido notificados 245 casos de síndrome respiratória aguda, com registro de 67 óbitos, índices que classificou como alarmantes. Diante desse cenário, o parlamentar Elias Ferreira de Holanda Júnior reforçou o chamado à comunidade que comparecesse aos 41 postos de saúde disponíveis, lembrando que todos estavam preparados para receber pessoas de todas as idades. Por fim, sugeriu a ampliação do horário de atendimento nos finais de semana, a fim de facilitar o acesso da população trabalhadora, bem como a implementação de sistema de vacinação em formato *drive-thru*, a exemplo do que já ocorria em São Luís. Por fim, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior reafirmou a importância da imunização como medida de proteção para cada cidadão e para suas famílias, reiterando sua disposição como médico para orientar e sensibilizar a comunidade sobre o tema. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 3 de junho de 2025.


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente


Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente


Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente


Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro secretário


Whelberson Lima Brandão
Segundo secretário